

Zero acusa Governo de ameaçar metas ambientais ao promover transporte rodoviário

written by Alberto Jorge Santos | 8 de Outubro, 2023



- **Em comunicado**, a “Zero” critica as medidas anunciadas recentemente pelo Governo e outros agentes com responsabilidades no setor do **transporte rodoviário prevendo descontos em autoestradas, o alargamento de vias rodoviárias congestionadas e a redução do Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP) e da taxa de carbono aplicável aos combustíveis rodoviários, em detrimento do investimento no transporte público.**

“Estas medidas, além de ameaçarem o cumprimento das metas de redução de emissões do setor dos transportes previstas no Plano Nacional de Energia e Clima para 2030 (PNEC 2030) e na nova Diretiva Europeia para as Energias Renováveis (REDIII), mantêm a economia e a sociedade portuguesas reféns dos combustíveis fósseis e sujeitas a riscos inflacionários futuros cujo controlo continuará fora do seu alcance”, sustenta.

Considerando um **“desperdício”** os **“mais de 74 milhões em descontos nas portagens de autoestradas que, em muitos casos, são paralelas às vias ferroviárias”** anunciados pela ministra da Coesão Territorial, a associação Zero acusa **Ana Abrunhosa** de *“falha[r] a oportunidade de, em coordenação com os seus colegas do Ambiente e Ação Climática e das Infraestruturas, investir em serviços de mobilidade elétrica flexíveis que possam complementar os serviços ferroviários”*.

“Afirmar que as regiões onde se incentiva o uso de combustíveis fósseis através do corte de 30% das portagens das autoestradas que as servem não possuem transporte público adequado deveria levar a investir na adequação do sistema de transporte público às necessidades identificadas e não a desistir do combate às alterações climáticas promovendo o uso de combustíveis fósseis”, reclama.

Adicionalmente, a “Zero” defende que o executivo deveria apostar em **“patrocinar acordos entre os operadores rodoviários e ferroviários de transporte de mercadorias”** para reduzir os custos do transporte de mercadorias.

Sustentando que **optar por alargar vias rodoviárias “não reduz o congestionamento e dá incentivos errados ao uso de transporte individual”**, a “Zero” insta o **Ministério das Infraestruturas e os reguladores do setor dos transportes** a *“lançar um processo de revisão sistemática dos contratos de concessão de estradas e autoestradas e das estações de serviço adjacentes”*.

O objetivo é *“assegurar o máximo de fluidez aos veículos elétricos de uso coletivo”*, criando vias dedicadas nos troços mais congestionados e **postos de carregamento exclusivos nas áreas de serviço e postos de combustíveis adjacentes**.

Quanto à opção pela **redução do ISP** e da **taxa de carbono** para atenuar a escalada do preço dos combustíveis, a associação ambientalista reconhece “os *riscos sociais e económicos*” desta subida, mas argumenta que o **aumento do custo de vida só pode ser superado progredindo para uma “economia livre de combustíveis fósseis”**.

“A melhor forma de reduzir impacto social do aumento dos custos dos transportes, ao mesmo tempo que reduzimos o seu impacto climático, é devolver o aumento da receita com os impostos sobre os combustíveis sobre a forma de mais incentivos a uma mobilidade sustentável, nomeadamente no uso coletivo de transporte de passageiros, fomentando o modo elétrico e de mercadorias, dando preferência à ferrovia e aos modos elétricos nos primeiro e último troço, acelerando o progresso rumo a uma economia livre de combustíveis fósseis menos suscetível às pressões inflacionárias”, defende.

De acordo com a “Zero”, só no ano passado o **Estado perdeu cerca de 617 milhões de euros em receitas fiscais relacionadas com os combustíveis**, correspondendo o valor não arrecadado só com o ISP a três vezes o investimento no Programa de Apoio à Redução Tarifária do Transporte Público e 30 vezes o investimento no apoio à melhoria da oferta de transporte público (PROTrasnP), numa *“gritante inversão de prioridades em plena emergência climática”*.